PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

ProRural

Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco

Franklin Vieira Costa

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGExR

Câmara Interdisciplinar Temática I - Desenvolvimento & Políticas Públicas

Linha de Pesquisa: Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues

Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Pereira Tenório

Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco

SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

GOVERNO DO ESTADO Pernambuco JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

UNIVASF UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL

ProRural

Costa, Franklin Vieira.
C837r Resumo executivo do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sertão do São Francisco / Franklin Vieira Costa. – – Petrolina: UNIVASF, 2019.

33 f.: il.; 29 cm.

ISBN: 978-85-5322-032-8

1.Plano territorial. 2. Diagnóstico territorial. 3. Desenvolvimento rural sustentável. 4. Sertão do São Francisco. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.68

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF.
Bibliotecário: Fabio Oliveira Lima CRB-4/2097.

Sumário

Apresentação 5

Caracterização Territorial 6

- Ambiente Territorial 6
- Aspectos Históricos 7

Diagnóstico Territorial 8

- Dimensão Sociocultural 8
- Dimensão Ambiental 12
- Dimensão Econômica 14
- Contexto Interno e Externo 17

Visão de Futuro (2010 a 2030) 20

Objetivos Estratégicos 21

Valores e Princípios 21

Eixos de Desenvolvimento, Programas e Projetos 22

Gestão do Plano Territorial 30

Considerações Finais 31

Bibliografia Referencial 32

Apresentação

Este é o Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Sertão do São Francisco, do Estado de Pernambuco. As informações mais detalhadas poderão ser acessadas no documento original PTDRS.

Aqui, encontramos uma parte que representa a Análise da Realidade (Características Gerais do Território, Resumo do Diagnóstico e Ambiente Interno e Externo), outra que corresponde ao Projeto de Futuro do Território (Visão de Futuro, Objetivos Estratégicos, Valores e Princípios, Eixos de Desenvolvimento, Programas e Ideias de Projetos) e, finalmente, o Sistema de Gestão do PTDRS.

As reflexões e proposições que fazem parte deste documento foram construídas de maneira participativa, por meio da realização de diversas oficinas, que contaram com a presença e a contribuição de integrantes do Colegiado Territorial do Sertão do São Francisco e representantes da sociedade civil e do poder público. Dessa forma, todo o seu conteúdo é reflexo do nível de participação, de discussão e da capacidade de proposição das entidades/instituições presentes nesses momentos de construção coletiva. O envolvimento e o comprometimento das pessoas/instituições que integram o Colegiado Territorial e que participaram das discussões foram essenciais para a construção deste material.

Para a qualificação e concretização deste Resumo Executivo, também contribuíram o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O objetivo é fazer com que ele possa se tornar uma referência para a implementação, integração e articulação das políticas públicas; que possa ser também um instrumento de coesão, de luta e de realização de sonhos, para os membros do Colegiado Territorial e para todos e todas que desejam ver construído, no Território do Sertão do São Francisco, o desenvolvimento rural sustentável e solidário, com o enfoque territorial, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da agricultura familiar.

Caracterização Territorial

Ambiente Territorial

O Território da Cidadania do Sertão do São Francisco está situado na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, no Semiárido de Pernambuco. Os 07 (sete) municípios que compõem o Território são: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Petrolina.

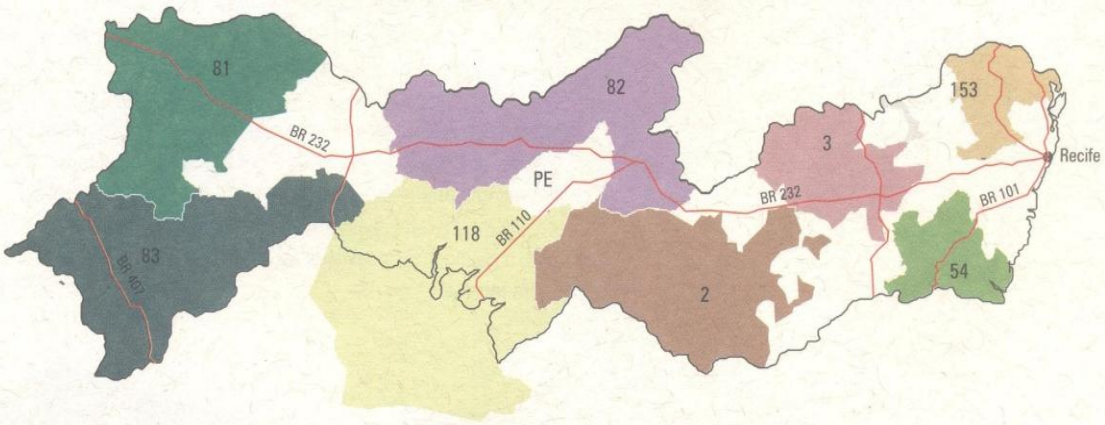


Figura 1 - Localização do Território do Sertão do São Francisco do Estado de Pernambuco

Fonte: SDT/MDA

Aspectos Históricos

Com a proibição da atividade pecuária no litoral pernambucano, decretada pelo rei de Portugal, em 1701, houve um deslocamento desta atividade para o Sertão (e também para o Agreste). O deslocamento para o Sertão se deu seguindo o Rio São Francisco e adentrou o Estado pelos afluentes pernambucanos. Esse fato incentivou o povoamento português no Sertão.

O Rio São Francisco é um recurso natural que, de acordo com o seu uso, influenciou e ainda influencia muito a vida das pessoas que ocuparam (inicialmente os povos indígenas) e que ocupam hoje o Território (brancos, negros, índios, agricultores familiares, artesãos, pequenos e grandes empresários, entre outros). É um elemento que confere uma identidade às pessoas da região. Porém, a forma como esse recurso é usado, aliado ao acesso a outros recursos (como terra, conhecimentos, capital, poder), também condicionou as diferenças culturais, políticas e econômicas existentes entre as pessoas e segmentos sociais do Território.

O Rio São Francisco é a mais relevante potencialidade do Território e a sua marca principal. O Território, numa grande parte dos municípios, é alvo da atuação de um conjunto de políticas públicas que utilizam o manejo da água como principal alavanca de desenvolvimento.

O Território da Cidadania do Sertão do São Francisco abrange uma área de 14.682,2 Km², representando aproximadamente 14,89% da área total do Estado, que é de 98.588,3 km². O município de Petrolina é o de maior extensão, com 4.756,8 Km², abrangendo 32,4% da área total do Território.

Figura 2 – Mapa do Território do Sertão do São Francisco

Diagnóstico Territorial

Dimensão Sociocultural

Na Dimensão Sociocultural destacam-se as informações sobre a realidade do Território relacionadas às Características Demográficas, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, à Saúde e à Educação.

Características Demográficas

Dentre os municípios que compõem o Território, Petrolina se destaca como o mais populoso da região, apresentando, em 2010, uma população total de 294.081 habitantes, quase sete vezes mais que a segunda cidade mais populosa, Santa Maria da Boa Vista, com 39.473 habitantes.

Tabela 1– População do Território: Urbana e Rural e por Gênero

Município	População total	Homens	Mulheres	População Urbana	População Rural
Afrânio	17.588	8.751	8.837	5.859	11.729
Cabrobó	30.883	15.060	15.823	19.811	11.072
Dormentes	16.915	8.655	8.260	6.004	10.911
Lagoa Grande	22.719	11.295	11.424	10.369	12.350
Orocó	13.176	6.561	6.615	4.614	8.562
Petrolina	294.081	143.283	150.798	219.309	74.772
Sta. Maria B.Vista	39.473	19.865	19.608	14.861	24.612
TOTAL	434.835	213.470	221.365	280.827	154.008

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

População urbana e rural

Em relação à população, em 2010, 34,5% viviam na Zona Rural, o que não reflete a realidade da maioria das cidades que compõem o Território, pois, dos sete municípios, apenas dois apresentam concentração da população na área urbana, conforme Tabela acima.

Comunidades indígenas e comunidades quilombolas

Os municípios de Cabrobó e Oróco possuem aldeias de comunidades indígenas de Trukás.

As comunidades quilombolas têm presença massiva na região, localizadas em cinco dos sete municípios que compõem o Território do Sertão do São Francisco. Do total de 96 certidões expedidas no Estado de Pernambuco pela Fundação Cultural Palmares, 12 foram de reconhecimento dos remanescentes de comunidades quilombolas existentes no Território, encontradas principalmente nas cidades de Petrolina, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista e Afrânio.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O IDH é um indicador que mede a qualidade de vida. É um índice proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), calculado por diversos países e que tem três componentes: um indicador de longevidade (utiliza números de expectativa de vida ao nascer), um índice de nível educacional (avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino) e o indicador de renda (mensurada pelo PIB). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice que varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, é considerado melhor.

O Território apresenta um IDH inferior ao do Estado (0,705) e ao do Brasil (0,766), mas, de um modo geral, a região apresentou um crescimento no seu IDH-M. Vale salientar que em 1991 os municípios apresentavam baixos Índices de Desenvolvimento Humano e passaram a apresentar médios índices em 2000, conforme Tabela a seguir:

Tabela 2: IDH–M Território Sertão do São Francisco, 1991/2000

MUNICÍPIO	IDH-M 1991	IDH-M 2000
Afrânio	0,515	0,634
Cabrobó	0,572	0,677
Dormentes	0,486	0,600
Lagoa Grande	0,503	0,627
Orocó	0,572	0,667
Petrolina	0,668	0,747
Santa Maria da Boa Vista	0,587	0,669
Média do Território	0,557	0,660

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Os municípios de Petrolina (0,747), Cabrobó (0,677), Santa Maria da Boa Vista (0,669) e Orocó (0,667) se destacaram como os que apresentaram melhores Índices de Desenvolvimento Humano no ano de 2000.

Situação da Saúde no Território

Mortalidade Infantil consiste nas mortes de crianças durante o seu primeiro ano de vida (ou até cinco anos) e é a base para calcular a taxa de mortalidade infantil observada durante o período, referente ao número de nascidos vivos do mesmo período. É o indicador que melhor expressa o padrão de saúde de uma população, estando estreitamente relacionado às condições ambientais nas quais residem as crianças, à oferta dos serviços de saúde, à educação e à renda, e, sobretudo, às deficiências nutricionais.

A Tabela referente à taxa de mortalidade infantil (TMI), sobre 1.000 crianças nascidas vivas até 5 anos de idade, pontua que no Território do Sertão do São Francisco houve uma redução nos indicadores de mortalidade Infantil. O município de Lagoa Grande, que em 2003 apresentou a maior taxa do Território (61,2), conseguiu (em 2009) ocupar o 1º lugar , com a menor taxa (16,7%) de mortalidade infantil, vindo, a seguir, o município de Afrânio, com a taxa de 21,4%.

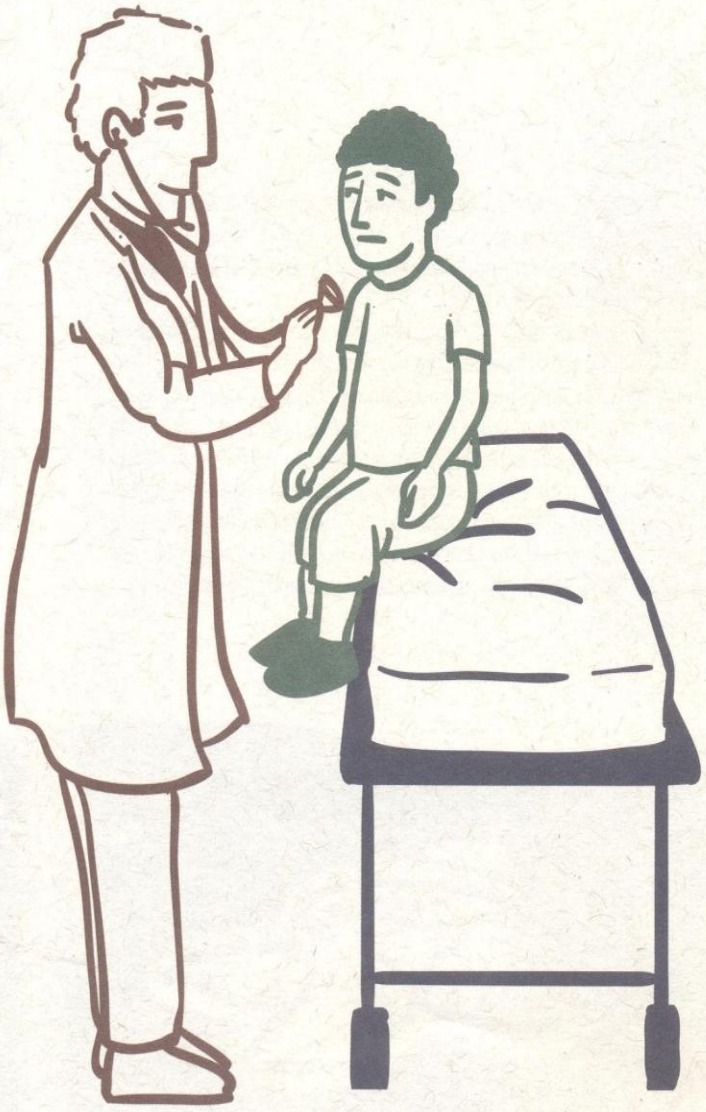
Ainda em 2009, a maior taxa de mortalidade infantil ficou com o município de Cabrobó (27,6%), que foi o único que teve aumento dessa taxa em relação a 2003, que era 26,1%.

Entretanto, apesar das reduções obtidas nos últimos anos, comparando os resultados de 2003 aos de 2009, observa-se que o Território ainda apresenta taxas de mortalidades com médias ainda elevadas.

Tabela 3– Taxa de Mortalidade Infantil do Território – 2003 e 2009

MUNICÍPIO	2003	2009
Afrânio	47,0	21,4
Cabrobó	26,1	27,6
Dormentes	30,2	22,4
Lagoa Grande	61,2	16,7
Orocó	41,4	25,1
Petrolina	35,1	23,4
Santa Maria da Boa Vista	36,1	24,1
Média do Território	39,59	22,96

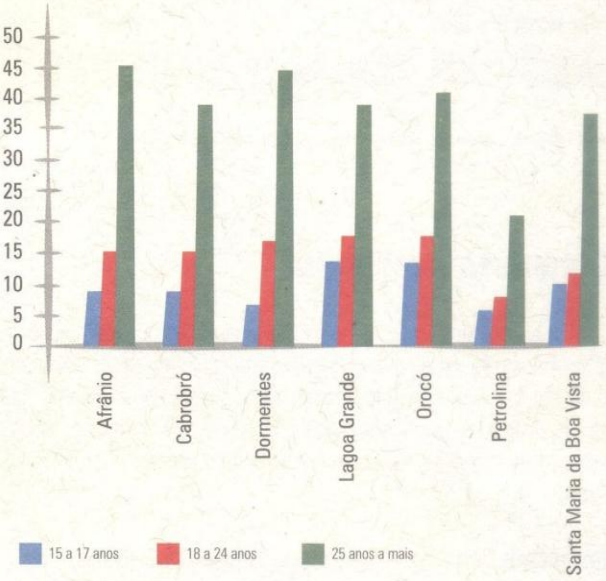
Fonte: Portal ODM 2009



Situação da Educação no Território

De acordo com dados existentes no PNUD/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2000 a taxa de analfabetismo variava de acordo com os seguintes intervalos de idade: 15 a 17 anos – 5,57% (Petrolina) a 13,54% (Lagoa Grande); 18 a 24 anos – 7,58% (Petrolina) a 17,99% (Orocó); e 25 anos ou mais – 21,08% (Petrolina) a 45,61% (Afrânio). No Território, a média é de 9,41%, dos 15 aos 17 anos, 14,71%, de 18 a 24 anos, e 38,48% para a população na faixa de idade de 25 anos ou mais.

Gráfico 1 - Taxa de Analfabetismo dos Municípios, 2000



No Território do Sertão do São Francisco, segundo dados do INEP, em 2009 foram contabilizadas 86.544 pessoas matriculadas, sendo 28.838 na rede estadual, 42.321 na rede municipal, 13.658 na rede particular e 1.727 na rede federal.

Tabela 4 – Nº de Matrículas por Nível de Ensino e Dependência Administrativa, 2009

Município	Total de matrículas	Pré-escolar			Ensino Fundamental			Ensino Médio			
		E	M	P	E	M	P	E	F	M	P
Afrânio	3.669	-	700	66	-	1.947	67	889	-	-	-
Cabrobó	6.568	116	1.016	89	787	2.109	349	2.063	-	-	39
Dormentes	2.924	-	488	14	-	1.661	73	688	-	-	-
Lagoa Grande	4.839	-	784	93	-	2.597	159	1.206	-	-	-
Orocó	2.925	-	523	57	-	1.453	89	779	-	24	-
Petrolina	56.668	-	5.606	3.237	6.062	17.616	6.438	13.626	1.727	-	2.356
Stª Mª da Boa Vista	8.951	-	1.185	173	222	4.612	359	2.400	-	-	-
Total	86.544	116	10.302	3.729	7.071	31.995	7.534	21.651	1.727	24	2.395

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Condepe/Fidem.

Dimensão Ambiental

O Território apresenta graves problemas ambientais, com forte influência sobre a sustentabilidade das atividades agrícolas e do desenvolvimento sustentável, tais como: desmatamento das matas ciliares, desertificação, poluição do rio com a destinação dos resíduos de esgotos e lixo e desaparecimento de espécies de peixes nativas.

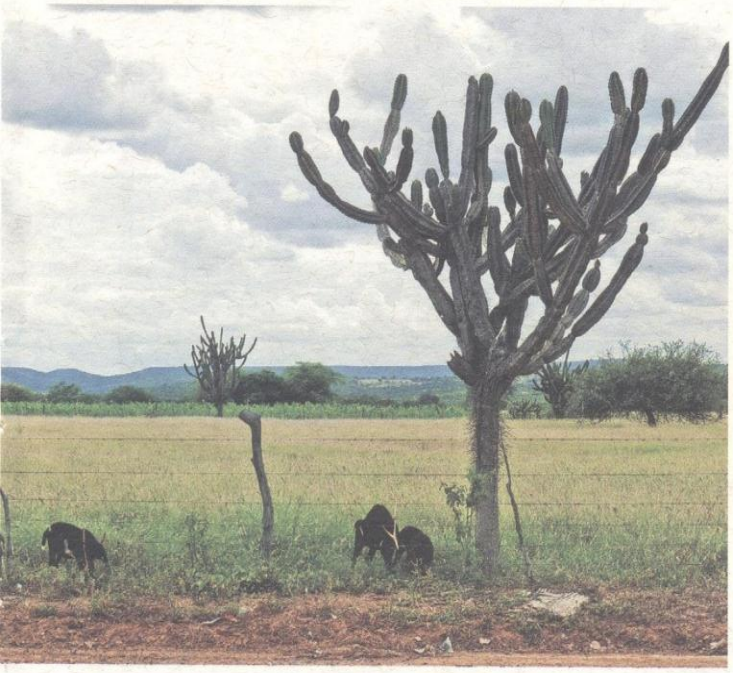
Características Geoclimáticas, Geomorfológicas, Edafológicas e Hidrológicas

O Território encontra-se na região do Submédio São Francisco, possui um clima definido, como Semiárido tipo estepe, com chuvas irregulares concentradas entre novembro e abril.

A média anual de precipitação varia de 300 a 400mm, na região de Juazeiro/Petrolina, até de 700 a 800 mm nas serras divisórias com o Ceará. A temperatura tem pouca oscilação anual, mantendo valores próximos a 270C.

O relevo da região do Submédio São Francisco caracteriza-se por uma topografia ondulada, com vales muito abertos.

Os solos dessa região são, como em todo Semiárido, predominantemente do tipo bruno não cálcico, fase pedregosa, de pouca profundidade e baixa fertilidade, com altos teores de potássio, cálcio e magnésio e baixos teores de fósforo e nitrogênio, típico das áreas de sequeiro. Nas áreas de baixada e nas margens de rios e riachos, os solos são tipicamente perdedores do material de superfície por erosão, mas, apesar disso, eles são ricos em matéria orgânica.



A região é drenada pelas bacias dos Rios Pontal, Brígida, Garças, Terra Nova e o São Francisco. Este último vem sofrendo com os impactos negativos gerados por uma série de ações antrópicas provenientes das mais diversas formas de uso e ocupação do solo de suas margens ou das margens dos seus afluentes.

Ocorrências impactantes frequentes no meio ambiente

De acordo com a pesquisa do Perfil Municipal – 2008, as ocorrências impactantes ao meio ambiente nos municípios do Território registradas nos últimos 24 meses da pesquisa foram:

Figura 1 – Ocorrências impactantes ao meio ambiente, 2008

- Escassez de recursos d'água: Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista;
- Assoreamento de corpo d'água: Lagoa Grande, Orocó,Petrolina, Santa Maria da Boa Vista;
- Poluição de recursos d'água: Afrânio,Cabrobó, Orocó e Petrolina.

- Poluição do ar : Afrânio, Cabrobó, Dormentes e Petrolina.

- Redução do pescado: Cabrobó, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista;
- Queimadas: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande e Orocó;
- Desmatamento: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista;
- Degradação de áreas protegidas: Santa Maria da Boa Vista.

- Atividade pecuária prejudicada: Dormentes;
- Atividade agrícola prejudicada: Dormentes e Orocó.

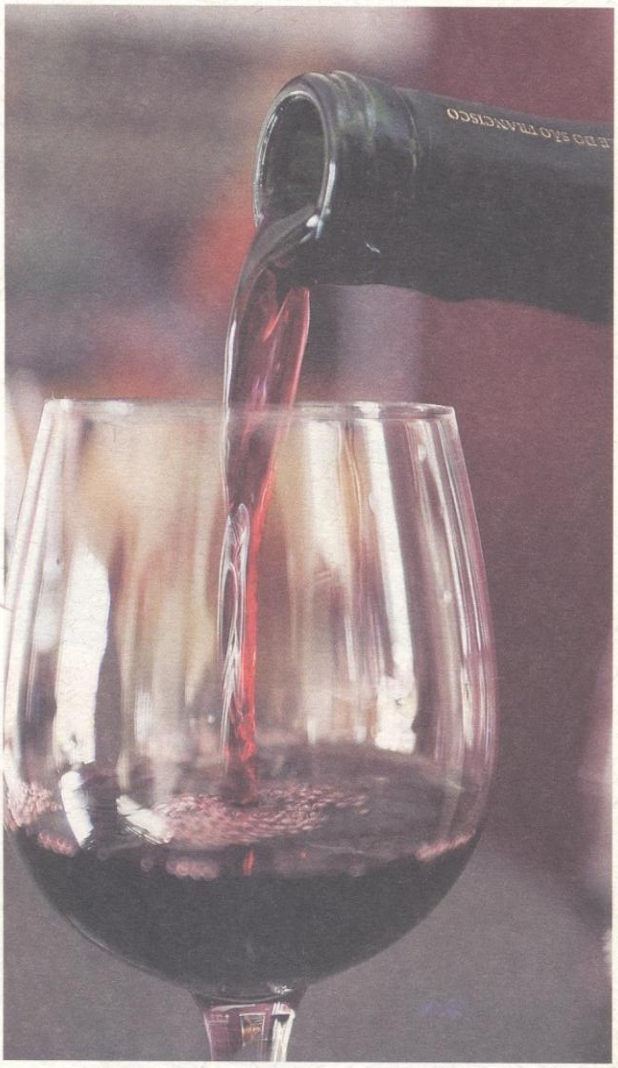
- Contaminação do Solo: Afrânio, Dormentes, Orocó e Santa Maria da Boa Vista.

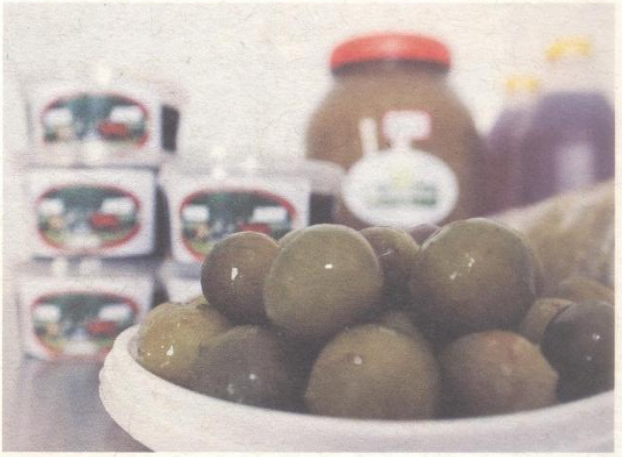
Dimensão Econômica

Na Dimensão Econômica, destacam-se as informações sobre a realidade do Território relacionadas aos aspectos da População Economicamente Ativa, a Produção Agrícola e a Animal.

População Economicamente Ativa (PEA)

De acordo com a Agência de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Condepe/Fidem), a economia da Região de Desenvolvimento do Sertão do São Francisco está baseada na fruticultura irrigada, na agroindústria e na vitivinicultura. A População Economicamente Ativa é de 145.184 habitantes, dos quais 124.129 estão ocupados nos seguintes setores produtivos: agropecuária (40,8%), comércio e serviços (15,4%), indústria de transformação (5,7%) e educação (5,4%). Os demais (32,7%) estão distribuídos em outros setores, como administração pública, construção civil, transporte e armazenagem, serviços domésticos, entre outros.





Produção Agrícola

Há tradicionalmente dois tipos de produção agrícola no Território: a produção de sequeiro e a produção irrigada. Os produtores que exploram as culturas irrigadas são encontrados em todas as subzonas de sequeiro que dispõem de água, começando pela subzona de influência dos açudes do DNOCS; nas subzonas de influência dos riachos temporários e permanentes e de reassentamentos da CHESF; continuando na zona ribeirinha, que compreende a subzona de assentamentos, ilhas e áreas de agricultura familiar tradicional. Estas estão localizadas nas margens do Rio São Francisco, onde desenvolvem a irrigação para lavouras anuais ou perenes, e de atividades de pecuária. Dividem-se em patronais e familiares (meeiros, assentados, reassentados e indígenas).

Os agropecuaristas irrigantes familiares diferenciam-se quanto aos aspectos sociais, culturais, técnicos e econômicos, dando origem a três subtipos: reassentados, assentados e indígenas. No que concerne aos produtores reassentados, encontram-se na zona de sequeiro, subzona Reassentamentos da CHESF, nos municípios de Santa Maria da Boa Vista (Fulgêncio), e Orocó (Brígida). Os assentados se encontram na subzona Assentamentos da Reforma Agrária nas margens do Rio São Francisco (principalmente em Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande). E os indígenas são encontrados na subzona Ilhas, especialmente no município de Cabrobó. Esses subtipos plantam culturas anuais (arroz, melancia, melão, cebola e tomate) e culturas perenes (banana, goiaba, coco, manga e, em alguns casos, uva), porém se diferenciam pela condição socioeconômica, cultural e agroecológica.

Destacam-se algumas lavouras permanentes de importante expressão econômica no Território. São elas: a manga, com produção total no Território de 175.210 toneladas; a uva, com 153.188 t; a banana, com 133.940 t; e a goiaba, com 82.666 t. Em relação à manga, principal cultura permanente do Território, os municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista detêm a maior produção, com 150.000 toneladas e 19.200 toneladas, respectivamente, conforme tabela a seguir, que traz os dados do IBGE 2009:

Tabela 5 - Lavouras Permanentes – Quantidade Produzida, em Toneladas (t) - Território do São Francisco - 2009

Municípios	Manga (t)	Banana (t)	Uva (t)	Goiaba (t)
Afrânio	---	---	---	---
Cabrobó	300	1.500	---	200
Dormentes	---	---	---	---
Lagoa Grande	3.240	2.400	34.620	1.960
Orocó	2.470	17.640	168	1.826
Petrolina	150.000	45.900	106.400	71.400
Santa Maria da Boa Vista	19.200	66.500	12.000	7.280
Total	175.210	133.940	153.188	82.666

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2009).

De acordo com dados do IBGE de 2009, as culturas temporárias que mais se destacam no Território são: cebola (70.120 t), melancia (60.200 t), arroz (13.008 t), milho (11.262 t) e feijão (5.567 t). No que se refere à cultura da cebola, os municípios de Cabrobó e de Oróco exercem a liderança, com uma produção de 30.000 t e de 25.200 t, respectivamente.

Produção Animal

O principal rebanho no Território é o de ovinos, com 329.200 cabeças, representando 22% da produção do Estado, seguido do rebanho de caprinos, com 292.800 cabeças, representando 17,9% do rebanho de Pernambuco.

Tabela 7 – Efetivo do Rebanho, no Território (Cabeças)

Municípios	Bovinos	Equinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves *	Total
Afrânio	20.200	820	31.400	66.500	4.950	25.480	149.350
Cabrobó	16.000	1.200	30.000	18.000	3.500	33.000	101.700
Dormentes	14.500	720	34.500	90.600	6.100	28.200	174.620
Lagoa Grande	8.650	440	34.400	30.000	2.770	21.700	97.960
Orocó	6.300	370	14.000	16.300	2.620	15.450	55.040
Petrolina	27.500	1.800	102.300	67.400	17.260	57.500	273.760
Sta.Mª Boa Vista	13.600	800	46.200	40.400	4.520	34.700	140.220
Total Território	106.750	6.150	292.800	329.200	41.720	216.030	992.650
Pernambuco	2.297.336	133.856	1.638.514	1.487.228	435.671	34.171.270	40.163.875

*Galinhas, pintos, frangos.
Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2009).

Contexto Interno e Externo

Para realizar a análise do Contexto Interno e Externo do Território do Sertão do São Francisco, utilizamos a dinâmica de trabalho em grupos, identificando o que existe no Território que ajuda ou pode ajudar o desenvolvimento (potencialidades) e o que dificulta (problemas), bem como o que existe fora da governança do Colegiado Territorial, que pode atrapalhar o desenvolvimento (ameaças), e o que pode ajudar na resolução dos entraves e/ou desenvolver uma potencialidade (oportunidades), com o intuito de oferecer uma visão sistêmica do Território. A seguir, as análises resumidas em quadros:

Quadro 1 - Dimensão Sociocultural e Educacional

POTENCIALIDADES
Escolas construídas;
Aquisição de computadores;
Ampliação do contingente de jovens da área rural para ingresso em cursos de nível superior;
Existência de diversas instituições de ensino no Território;
Bens culturais existentes;
Bens naturais;
Diversidade cultural do Território;
Construção de escolas no meio rural do Ensino Fundamental (até o 9º ano) – Petrolina, Afrânio, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, nos assentamentos/aglomerados.
PROBLEMAS
Inexistência de proposta de educação contextualizada voltada para o Semiárido;
Falta de comprometimento por parte de alguns educadores;
Falta proposta pedagógica que dê continuidade à política desenvolvida pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos);
Dificuldade de manutenção de jovens que ingressam no ensino superior;
Perda de identidade cultural e êxodo rural;
Êxodo rural;
Organização associativista e cooperativista precária;
Não implementação das diretrizes operacionais para as escolas do campo;
Mecanismos de inclusão para alunos com deficiência incipiente (preconceito da família e profissionais sem preparação);
Vandalismo nas escolas, pelos alunos, com omissão da família;
Falta de educação de qualidade;
Falta de implantação de cursos técnicos nas escolas municipais (principalmente técnicas agrícolas);
Difícil acesso a médicos;
Drogas e desestruturação familiar;
Falta de água encanada.

Quadro 1 - Dimensão Sociocultural e Educacional (continuação)

OPORTUNIDADES
Ampliação das escolas integrais para a área rural/educação do campo;
Educação quilombola e indígena;
Criação da Casa do Estudante, com estrutura adequada para acolher jovens que ingressam no ensino superior;
Implantação na grade curricular de disciplinas técnicas.
AMEAÇAS
Falta de aproveitamento do potencial intelectual jovem da região;
Processo atual de avaliação usado pelo ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio);
Interferência política não reconhecendo as lideranças locais;
Pouca divulgação e apoio à diversidade cultural existente no Território;
Violência e insegurança no campo.

Quadro 2 - Dimensão Ambiental

POTENCIALIDADES
Rio São Francisco;
Atuação de ONGs e Ministério Público em relação ao meio ambiente;
Presença de órgãos de pesquisa e extensão no Território (Embrapa, IPA);
Programa de revitalização do Rio São Francisco presente no Território;
Presença de programas de beneficiamento de frutas nativas de maneira sustentável no Território;
Disponibilidade de material para reciclagem em abundância no Território.
PROBLEMAS
Falta de trabalho de separação do lixo e destino final de embalagens;
Precariedade na fiscalização ambiental pelos órgãos de governo;
Deficiência de informação sobre a reciclagem do lixo e conscientização da população;
Educação deficitária na área ambiental;
Inexistência de projetos de financiamento voltados para a transição agroecológica;
Desmatamento;
Uso inadequado de tecnologias, nos projetos de irrigação;
Não conservação da mata ciliar;
Destruição do Bioma Caatinga;
Desvalorização dos CONDEMAs (Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente).

Quadro 2 - Dimensão Ambiental (continuação)

OPORTUNIDADES
Conscientização ambiental por parte de alguns meios de comunicação;
Projetos de revitalização do Rio São Francisco a serem executados;
Disponibilidade de recursos para projetos ambientais;
Capacitação na área ambiental promovida por diversas instituições;
Disponibilidade de recursos para cursos de reciclagem;
Existência de um fundo para o CONDEMA;
Política Estadual de aproveitamento do lixo.
AMEAÇAS
Efeito estufa;
Construção de barragens para fins de hidroelétricas no Território;
Transposição do Rio São Francisco (impactos ambientais);
Processo de revitalização do São Francisco não é simultâneo ao de destruição;
Avanço da desertificação;
Uso indiscriminado de agrotóxicos nos municípios que compõem o Território;
Inexistência de política de recursos hídricos voltada para o Semiárido;
Implantação de uma Usina Nuclear no Território;
implantação do monocultivo de 150.000 ha de cana-de-açúcar;
Licenças para agroindústrias (SIE, SIF, SIM); outorga d'água e licenças ambientais para construção de casas.

Quadro 3 - Dimensão Econômica

POTENCIALIDADES
Irrigação;
Mão-de-obra qualificada;
Cadeias produtivas priorizadas (Bacia Leiteira, caprinovinocultura + 07);
Existência de órgãos de pesquisa e extensão no Território;
Existência e forte atuação dos movimentos sociais;
Número de faculdades existentes hoje na região;
Localização geográfica e infraestrutura;
Setor terciário atuante para o Território (sistema S).
PROBLEMAS
Falta de conhecimento para apresentar projetos;
Burocracia/morosidade;
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) deficitária (falta de apoio técnico);
Falta de regularização fundiária;
Acesso viário (vicinais) deficitário, prejudicando o escoamento da produção no campo;
Aumento do plantio de drogas em alguns municípios do Território;
Organizações associativas/cooperativistas desorganizadas, desarticuladas no Território (fragilidades);
Comercialização desarticulada, desestruturada, fortalecendo os atravessadores.

Quadro 3 - Dimensão Econômica (continuação)

OPORTUNIDADES
Apoio às cadeias produtivas;
Criação dos Territórios da Cidadania;
O relacionamento entre sociedade civil e poder público;
Compra direta – PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
Exploração racional do Bioma Caatinga;
Geração de emprego temporário pela fruticultura irrigada;
Possibilidades de exportação dos produtos da agricultura familiar;
Dinamismo econômico da região;
Estrutura e composição do nosso solo (relevo plano);
Políticas públicas dos governos Estadual e Federal;
Perfuração de poços, construção de barragens, cisternas, casas populares, Programa Luz para Todos, entre outros;
Políticas públicas de apoio e incentivo à exportação de produtos da Agricultura familiar.
AMEAÇAS
Excesso de chuvas na área irrigada e estiagem na área de sequeiro;
Legislação e exigências não diferenciam a AF (Agricultura Familiar) da agricultura empresarial;
Burocracia institucional na liberação de recursos - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - por parte dos agentes financeiros;
Programa ATER/ATES – Assistência Técnica e Extensão Rural/ Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária - ineficiente/insuficiente para o número de famílias rurais existentes no Território (relação do nº de técnicos X nº famílias);
Barragens mal dimensionadas.

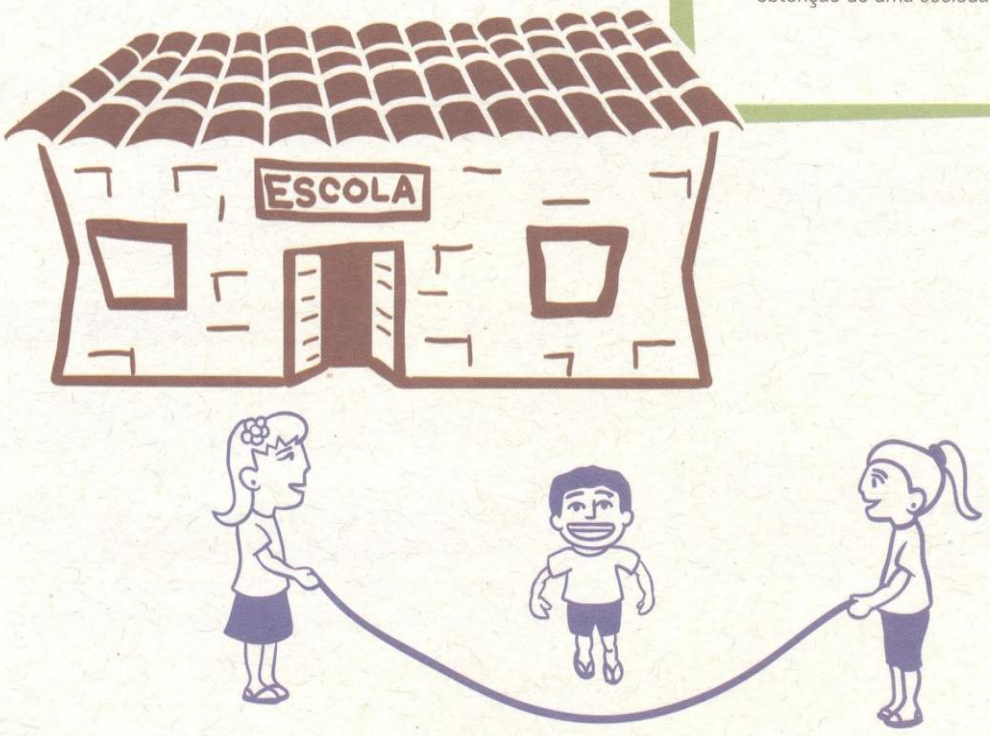
Quadro 4 - Dimensão Político-Institucional

POTENCIALIDADES
O Colegiado vem facilitando a socialização das informações;
Boa relação entre o poder público e a sociedade civil dentro do Colegiado;
Liberação de alguns projetos do Território - (Proinf/Pronaf-Infraestrutura);
O PRORURAL, como proponente dos projetos do PROINF, está sendo positivo;
Os movimentos sociais atuantes no Território.
PROBLEMAS
Dificuldade de avançar nas discussões e liberação de recursos;
Baixa participação das instituições governamentais (municipal e federal) no Colegiado;
Inexistência de alguns representantes com poder de decisão;
Membros do Colegiado não têm assiduidade nos encontros;
Projetos propostos pelo Colegiado não estão atendendo à sociedade civil (associações, cooperativas, CMDRS);
PROINF/2005: aquisição de veículos e motocicletas para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Sec. Municipais de Agricultura;
Falta de participação das instituições que são comprometidas com o desenvolvimento do Território/ausência no processo de construção da política territorial.
OPORTUNIDADES
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – com 30% da merenda escolar proveniente da agricultura familiar;
O Fórum/Coordenação;
PAA/CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos/Companhia Nacional de Abastecimento).
AMEAÇAS
Burocracia para aprovação dos projetos (MDA);
Morosidade na liberação dos projetos / SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;
Divergências políticas;
Descontinuidade administrativa nas instituições públicas, acarretando a interrupção de projetos e programas;
Superposição de papéis de diversas instituições que não se integram, havendo uma ausência de pacto pelo desenvolvimento.

Visão de Futuro 2010 a 2030

A Visão de Futuro, ou seja, a percepção que o conjunto de atores sociais tem sobre um novo perfil multidimensional de desenvolvimento sustentável, que o Território do Sertão do São Francisco deverá assumir no médio/longo prazo, é expressa enquanto proposição, enquanto "Propósito que se quer atingir com a atuação no eixo aglutinador e/ou estratégico". Portanto, a Visão de Futuro construída pelos atores sociais foi a seguinte:

"Em 2030, o Território da Cidadania do Sertão do São Francisco está consolidado, sendo referência da política territorial, e a população está consciente da força que ela possui e integrada ao mesmo, com desenvolvimento sustentável e solidário. As pessoas têm acesso à saúde, moradia digna, esporte, cultura, lazer e educação de qualidade, sendo respeitadas as especificidades de cada povo, garantindo a melhoria das condições de vida, com vistas à obtenção de uma sociedade justa e igualitária".



Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos que norteiam a execução do PTDRS são:

- Integrar campo, cidade e municípios no Território do São Francisco;
- Promover ações que efetivem as políticas públicas, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população;
- Articular e mobilizar parcerias que disponibilizem aos agricultores e familiares e às comunidades tradicionais, nas áreas rurais e urbanas, tecnologias de convivência com o semiárido de forma sustentável para o desenvolvimento do Território;
- Articular, discutir e propor programas, projetos e propostas estruturadoras, envolvendo tecnologias sociais para o Território;
- Difundir tecnologias estruturadoras que abrangem a zona rural e urbana;
- Estimular a participação de instituições governamentais e não governamentais, para a construção e implementação coletiva das políticas públicas integradas;
- Estimular o fortalecimento das organizações sociais.

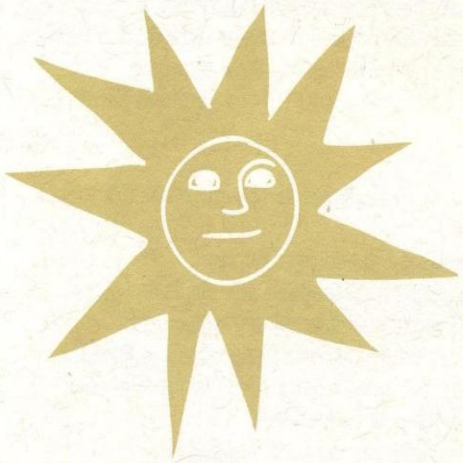
Valores e Princípios

Os Valores e Princípios constituem referências à identidade espiritual da responsabilidade coletiva na implementação do PTDRS, gerando uma nova ética para a sustentabilidade territorial.

Os Princípios norteadores do PTDR do Território Sertão do São Francisco, são:

- Utilização de metodologias participativas nas tomadas de decisão;
- Ações pautadas em princípios éticos;
- Ações baseadas no respeito às diferenças dos grupos sociais (étnico, de gênero, cultural e religioso);
- Construção coletiva de políticas públicas integradas (municipais, estadual, federal, ONGs, sociedade civil);
- Imparcialidade política/partidária;
- Descentralização das tomadas de decisão;
- Criação/elaboração de projetos com sustentabilidade, buscando a conservação e recuperação dos recursos naturais;
- Proposição das ações estratégicas pautadas no PTDRS.

Eixos de Desenvolvimento, Programas e Projetos



A partir das reflexões ocorridas nas oficinas, os eixos definidos pelo Colegiado Territorial como estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Território do Sertão do São Francisco foram:

- Desenvolvimento e fortalecimento da dinamização econômica territorial;
- Desenvolvimento e fortalecimento dos espaços políticos e das relações político-institucionais no Território;
- Ações estratégicas para o fortalecimento ambiental e ecológico do Território;
- Melhoramento e ampliação dos serviços sociais básicos;
- Reforma Agrária e Regularização Fundiária.

Na página seguinte, os quadros com as definições dos Programas e Ideias de Projetos por eixos selecionados:

Quadro 5 – Eixo: Desenvolvimento e fortalecimento da dinamização econômica territorial

PROGRAMA	PROJETOS
Desenvolvimento e Fortalecimento dos APLs do Território	Melhoramento produtivo, reprodutivo e genético da caprinovinocultura e bovinocultura de corte e leite do Território;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura irrigada e sequeiro;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Rizicultura;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Piscicultura;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura e Meliponicultura, fomentando a atividade como geração de renda, agente polinizador e de preservação do meio ambiente;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Avicultura;
	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Mandioca;
	Difusão de tecnologias sociais para o fortalecimento sustentável da agricultura familiar;
	Executar estudos de viabilidade de projetos de irrigação;
	Executar estudos de viabilidade da exploração agropecuária nas áreas de sequeiro (pasto nativo);

Quadro 5 – Eixo: Desenvolvimento e fortalecimento da dinamização econômica territorial (continuação)

PROGRAMA	PROJETOS
Fortalecimento da Agroindústria Familiar	Adequação das estruturas existentes e implantação de abatedouros, atendendo à legislação vigente;
	Implantação e adequações de unidades de beneficiamento de frutas, atendendo à legislação vigente (doces, polpas, compotas, passas, sucos);
	Fortalecimento das unidades de processamento do leite e derivados (laticínio), atendendo à legislação vigente;
	Adequação e implantação de unidades de beneficiamento da mandioca, atendendo à legislação vigente;
	Apoio à implantação, junto aos municípios do Território, da Lei de SUASA (Inspeção da Agroindústria Familiar);
	Adequação e/ou implantação de Casas de Mel e comercialização de mel (comércio justo);
	Implantação de entreposto de mel no Território;
	Desenvolvimento da certificação dos produtos orgânicos e agroecológicos, com foco no comércio justo e solidário;
Implementação e Fortalecimento de Espaços de Comercialização da Agricultura Familiar Agroecológica	Implantação da BSC (Base de Serviços de Comercialização) para a construção dos processos de comercialização, marketing e produtos;
	Organização da produção para uma rede de comercialização;
	Incentivo à realização de feiras e exposições das produções agrícolas e pecuárias dos municípios no Território;
	Apoio na implantação e gestão de feiras agroecológicas no Território;
Desenvolvimento e Fortalecimento da Agroecologia no Território	Implantação da tecnologia social PAIS no Território;
	Implantação de áreas-piloto de sistemas agroflorestais (SAF);
	Desenvolvimento e fortalecimento da Meliponicultura;
Fortalecimento do Turismo Sustentável e do Resgate da Cultura Regional do Território	Resgate e fortalecimento da cultura regional (São Gonçalo, Reisado, Samba de Velho, Forró Pé de Serra, Teatro Matuto);
	Desenvolver ações e estruturas voltadas para o ecoturismo;
	Beneficiamento e comercialização do artesanato familiar da agricultura familiar.

Quadro 6 – Eixo: Ações estratégicas para o fortalecimento ambiental e ecológico do Território

PROGRAMA	PROJETOS
Revitalização do São Francisco e Tratamento de Água para Todos	Implantar sistemas de tratamento do destino final do esgoto (campo – cidade);
	Campanha de articulação e mobilização da população para questões sanitárias (uso adequado da água, poluição dos afluentes, entre outros);
	Implantação de sistemas de tratamento e distribuição de água (campo – cidade);
	Revitalização do Rio São Francisco e dos afluentes (mais representativos do Território);
	Construção de casas com sistema de aproveitamento de água inteligente;
Reciclagem do Lixo	Apoio à formação de cooperativa de catadores e reciclagem de lixo;
	Implantação de aterros sanitários com usina de reciclagem;
	Implantação de coleta seletiva e reciclagem do lixo;
	Saneamento ambiental (lixo);
Educação Ambiental	Campanha educativa permanente para ações sobre a reciclagem e coleta seletiva (separação do lixo);
	Mobilização, sensibilização e conscientização socioambiental (mídia, documentário, escolas, comunidades, entre outros);
	Arborização das cidades para melhoria da qualidade do ar;
Valorização da Caatinga e de Combate à Desertificação (revitalização)	Sequestro de carbono;
	Estabelecer política de incentivo, visando à manutenção da caatinga existente;
	Ações de sensibilização para representação da fauna e flora nativa;
	Estimular ações para uso de sistemas agroflorestais (feiras agroecológicas, seminários, unidades-piloto);
	Reflorestamento da caatinga para diversos fins, com a utilização de espécies nativas;
	Recuperação de ambientes em processo de desertificação;
	Implantação de viveiro de mudas de plantas nativas;
	Campanha educativa permanente para o manejo sustentável da caatinga;
Desenvolvimento de Ações voltadas para a Convivência com o Semiárido	Formação de multiplicadores para técnicas de convivência com o semiárido;
	Captação e armazenagem de águas pluviais e fluviais;
	Barreiro de salvação, barragem subterrânea e perfuração de poços artesianos;
	Elaboração de unidades para a implantação do Projeto Água Doce (dessalinização, produção de peixe);
	Barragens de médio e grande porte, cisternas;
	Incentivo à utilização de energias alternativas (solar e eólica).

Quadro 7 – Eixo: Melhoramento e ampliação dos serviços sociais básicos

PROGRAMA	PROJETOS
Saúde Familiar	Criação de ESFs (Estratégia Saúde da Família) quilombola, incluindo os saberes populares;
	Ampliação do número de ESFs;
	Ampliação do número de leitos e UTIs no Território, para que atendam à demanda da população;
	Criação de Policlínicas em todos os municípios do Território;
	Implantação de serviços de referências de baixa, média e alta complexidade;
	Criação e fortalecimento de Unidades de Prontoatendimento de saúde para a população (médico, odontológico, dentre outras);
	Construção de unidades hospitalares no Território (Dormentes e outros);
	Ampliação e fortalecimento do Projeto Mãe Coruja;
	Fortalecimento e qualificação do TFD (Tratamento Fora do Domicílio);
	Rede interestadual de saúde, fortalecimento do Polo do Vale do São Francisco;
	Constituição e fortalecimento da vigilância sanitária no Território;
	Implantação e fortalecimento do CAPS (Centro de Assistência e Promoção Social);
	Aquisição de ambulâncias e UTIs Móveis;
Educação para Saúde	Implantação de formação continuada para profissionais de saúde;
	Implantação e ampliação do PSE (Programa Saúde na Escola);
	Desenvolver educação popular em saúde, por meio dos agentes comunitários e demais profissionais da área de saúde;
	Projeto de conscientização da Saúde do Homem;
Combate às Drogas e Assistência Social aos Dependentes Químicos - Antidrogas	Apoio às políticas de combate à violência e às drogas;
	Criar centro de reabilitação (com profissionais habilitados) para dependentes químicos;
	Projeto Reintegração Social para dependentes químicos;
	Desenvolvimento de oficinas ocupacionais e educativas para os dependentes químicos;
	Acompanhamento a famílias de dependentes químicos;
	Implantação e fortalecimento dos CAPS/AD (Centro de Atendimento Psicossocial);
Desenvolvimento da Educação do Campo	Implantação de escolas de alternância no campo CFR/EFA;
	Escola-modelo: Implantação de escolas com metodologia voltada ao homem do campo, incluindo assistência na área de saúde;
	Construção e desenvolvimento de propostas educativas pedagógicas e contextualizadas para o Território;
	Qualificação técnica profissional para o meio rural;

Quadro 7 – Eixo: Melhoramento e ampliação dos serviços sociais básicos (continuação)

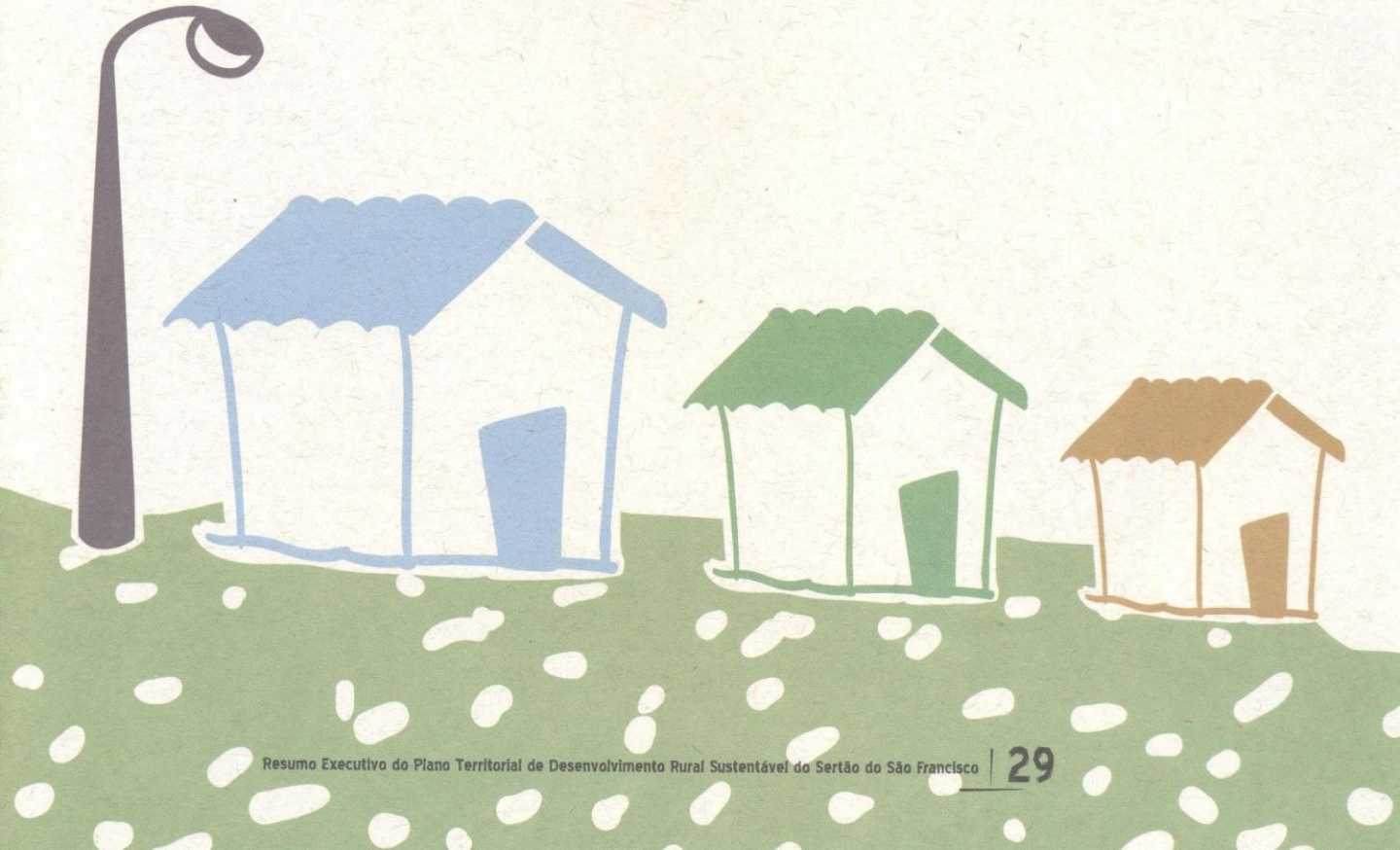
PROGRAMA	PROJETOS;
Formação Técnica - Alternativa de Trabalho	Criação de cursos técnicos profissionais para os jovens das escolas municipais e estaduais;
	Divulgar e motivar políticas de cursos profissionalizantes para o mercado de trabalho;
Educação, uma Semente do Futuro	Inclusão digital para todos os segmentos sociais;
	Criação do fundo de educação para filhos de agricultores familiares para cursos profissionalizantes;
	Inclusão das disciplinas de educação ambiental, cooperativismo, associativismo e educação sexual no conteúdo programático das escolas;
	Formação continuada para os profissionais da educação da rede pública;
	Ampliação da cota/aluno disponível para a alimentação escolar;
	Aquisição de Biblioteca Itinerante;
	Melhoria no atendimento do transporte escolar;
	Acessibilidade nas escolas (especiais);
	Construção e ampliação de creches, objetivando a adequação social e ocupacional para as crianças e seus familiares;
	Criação de Casas do Estudante, com estrutura adequada para acolher jovens que ingressam no ensino superior;
	Desenvolver ações que assegurem a permanência dos estudantes matriculados na EJA (Educação para Jovens e Adultos);
Tratamento Terapêutico Natural	Ampliação e fortalecimento das ações voltadas para o desenvolvimento de hortas comunitárias, objetivando o consumo de alternativas alimentares;
	Implantação de viveiro de mudas de plantas nativas, frutíferas e medicinais;
	Criação de farmácias de manipulação para a fitoterapia e a homeopatia, a partir de plantas medicinais;
Fortalecimento da Segurança Pública	Criação e/ou melhoria da Delegacia da Mulher;
	Criação do Conselho de Segurança Pública;
	Construção de presídio territorial;
	Ampliação e melhoramento do aparelhamento policial no Território;
	Melhoramento do atendimento policial (rondas, entre outros), principalmente nos municípios menores e na área rural.

Quadro 8 – Eixo: Desenvolvimento e fortalecimento dos espaços políticos e das relações político-institucionais no Território

PROGRAMA	PROJETOS
Fortalecimento e Estruturação do Espaço Físico do Colegiado Territorial	Capacitação em elaboração e gestão de projetos;
	Criação de um plano de mídia e comunicação para o Território (site, jornal, periódico);
	Estruturação e formalização da instância do Colegiado Territorial (adequação/atualização do regimento interno);
	Aquisição de veículos;
	Aquisição da sede do Colegiado;
Fortalecimento e Reestruturação dos CMDRS do Território	Reestruturação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS);
	Capacitação de técnicos, lideranças e conselheiros;
	Estruturação dos espaços: Aquisição de data-show, notebook;
Fortalecimento e Formação das Organizações Sociais da Agricultura Familiar no Território	Processo de capacitação e assessoria técnica de gestores, lideranças e associados;
	Elaboração de diagnóstico rural participativo, com foco no fortalecimento das cadeias produtivas;
	Apoio à estruturação física e aquisição de equipamentos para as associações e cooperativas;
Fortalecimento das Relações Institucionais: Poder Público e a Sociedade Civil Organizada	Construção de Projeto de Lei para a garantia dos recursos do FPM para as Secretarias de Agricultura do Território;
	Adequação das políticas públicas para orientação e prevenção, objetivando o fortalecimento da cadeia produtiva e de mercado;
	Fortalecimento das redes sociais existentes no Território;
	Elaboração de propostas de projetos de pesquisa a partir de demandas locais, com a finalidade de potencializar a agricultura familiar do Território do São Francisco;
	Estrutura de comunicação e divulgação dos resultados trabalhados no Território, como feiras e encontros, para que os produtores possam se integrar.

Quadro 9 – Eixo: Reforma Agrária e Regularização Fundiária Rural e Urbana

PROGRAMA	PROJETOS
Programa de Regularização Fundiária Plena	Elaboração e/ou revisão do Plano Diretor;
	Criação de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social);
	Elaboração dos Planos de Habitação;
	Elaboração do Plano Municipal de Regularização Fundiária;
Fortalecimento da Reforma Agrária do Território	Elaboração do PDA condizente com a realidade local e implementação de um sistema de monitoramento e avaliação do plano;
	Aumentar o corpo técnico dos órgãos de operacionalização de políticas agrárias, via contratação, concursos e convênios;
	Capacitação eficiente dos beneficiários dos créditos de apoio à produção, tendo em vista o aproveitamento do potencial técnico já difundindo na região;
	Georreferenciamento das terras do Território para a reforma agrária e a agricultura familiar;
	Recuperação da infraestrutura;
Assistência Técnica Adaptada à Realidade da Reforma Agrária	Aumento do volume e opções de crédito direcionado à reforma agrária;
	Assistência técnica dirigida às famílias assentadas;
	Promover a assistência social em assentamentos, como no intuito de direcionar as políticas públicas;
	Capacitação em associativismo e cooperativismo.



Gestão do Plano Territorial

O Colegiado Territorial atualmente é composto por 50 entidades, com representantes do Poder Público (Municipal, Estadual e Federal) e da Sociedade Civil Organizada. Podemos destacar uma maior participação das entidades representantivas da Sociedade Civil, principalmente dos STR e CMDRS com atuação no Território.

A estrutura atual é formada pelas seguintes instâncias: Plenária, Coordenação Geral, Coordenação Executiva, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico, Núcleo de Comunicação e Câmaras Temáticas (Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Turismo, ATER/ATES e Crédito). A Coordenação Geral mantém uma sistemática de realização de reuniões mensais. A Plenária realiza reuniões bimestrais.

A Plenária do Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco é formada pelo preceito da paridade, tendo na sua composição entidades da Sociedade Civil e do Poder Público.

A Coordenação Geral do Colegiado Territorial é representada por dez membros, cinco da Sociedade Civil e cinco do Poder Público, com seus respectivos suplentes.

Quadro 11 - Composição da Coordenação Territorial

SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO
FETAPE (ICN- Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste)	IPA (EMBRAPA)
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Lagoa Grande (STR – Petrolina)	PRORURAL (CPRH)
Quilombola - Afrânio (Quilombola - Serrote)	Prefeitura - Petrolina (Prefeitura - Afrânio)
Asa Branca (APRISCO)	Incra (Codevasf)
CMDRS – Dormentes (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustetável– Cabrobó)	Banco do Nordeste (Caixa Econômica)

A Gestão dos Projetos será realizada pela Coordenação Geral, por meio da Coordenação e Secretaria Executiva e pelas Câmaras Temáticas, de acordo com o tema/atividade a partir de indicadores.

Antes dos projetos seguirem para a apresentação e aprovação na Plenária, terão que passar pelo Núcleo Técnico para que sejam avaliados, em especial o modelo de gestão compartilhada do projeto.

Para que essa proposta de Gestão ocorra, precisará acontecer a:

1) Formalização do Núcleo Técnico e das Câmaras Temáticas (definição do grupo, papel e finalidades);
2) Definição do papel e finalidades da Coordenação e Secretaria Executiva e do Núcleo de Comunicação;
3) Finalização e Atualização do Regimento Interno, de acordo com a nova estrutura de gestão do Colegiado Territorial;
4) Construção da Matriz de Compromisso e Responsabilidades.

Considerações Finais

A gestão e o controle social serão os aspectos mais importantes a serem trabalhados no Território do Sertão do São Francisco, pois o processo de revisão e qualificação do Plano foi enriquecedor. No início, teve-se uma maior presença dos representantes da Sociedade Civil e, durante o processo, a participação do Poder Público aumentou, chegando às duas últimas oficinas realizadas com um equilíbrio no número de participantes.

Sabe-se que a gestão pode se tornar o fator de maior sucesso ou, por outro lado, de entrave para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural de um Território. Para que se tenha uma gestão social eficiente, eficaz, democrática e compartilhada, o fortalecimento das instituições envolvidas no processo é condição essencial.

O grupo que participou de todo o processo de revisão do PTDRS, que foi quantitativamente pequeno, comparando-se à atual composição do Colegiado Territorial, foi considerado bom e qualitativamente satisfatório (tanto em relação à competência e ao conteúdo para a definição das propostas trazidas neste documento, quanto em relação ao nível de comprometimento).

Para que as propostas do PTDRS se efetivem, outros processos de iniciativa do Poder Público e da Sociedade Civil também terão que acontecer, os quais passam por:

- Formação e capacitação;
- Ampliação da capacidade e participação do Poder Público;
- Dinamização das políticas públicas (Federal, Estadual e Municipal);
- Ações que promovam a redução da pobreza e da desigualdade social;
- Preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais;
- Educação fundamentada na realidade socioeconômica, ambiental e cultural do Território (Educação Contextualizada);
- Busca da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social);
- Ampliação sustentável da capacidade produtiva (agropecuárias, industriais, agroindustriais e serviços);
- Fortalecimento do cooperativismo e associativismo da agricultura familiar;
- Monitoramento e avaliação contínuos e sistemáticos do PTDRS, por parte do Colegiado Territorial.

Considerando todo o Contexto Interno e Externo, este documento deverá cumprir o seu papel, que é o de se tornar de fato um instrumento para a Gestão Social do Território.

Bibliografia Referencial

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sertão do São Francisco. SDT/MDA, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estudos Propositivos do Território do Sertão do São Francisco. SDT/MDA, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Safra Territorial do Sertão do São Francisco. SDT/MDA, 2007.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação dos PTDRS. MDA/SDT-Brasília: Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: 2009.

Portal ODM. Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatórios Dinâmicos. Indicadores Municipais, 2009.

Sistema de Informações Territoriais (http://sit.mda.gov.br).

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - Condepe/Fidem (BDE - Base de Dados do Estado).

BDE – Caderno Estatístico da RD Sertão do São Francisco e Caderno Estatístico Municipal (Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista).

IBGE – Pesquisa de informações básicas municipais, 2009 / Censo e estimativas (2007 – 2009) / Cidades.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Matriz de informação social, 2009.

Ministério da Cultura – Fundação Cultural Palmares, SICAB (Sistema de Informações das Comunidades Afrobrasileiras).

Portal DATASUS – Saúde, Saneamento e Sócio-Econômico.

www.saude.pe.gov.br

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

www.ufpe.br/nepe/povosindigenas

Esta publicação tem o objetivo de apresentar a iniciativa popular de Participação Social e Ação Coletiva do Colegiado Territorial Sertão do São Francisco Pernambucano, doravante COSERFRAN-PE, que vem desde 2004, realizando mobilizações, articulações, parcerias, campanhas, capacitações e discussões sobre questões que envolve o desenvolvimento do território.

Além disso, esse GUIA é o produto final do Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

E que essa inciativa que vem sendo muito positiva no Território da Cidadania Sertão do São Francisco Pernambucano, seja seguida por outros municípios da região, estado ou país.

Boa leitura!!!!

Saudações Agroecológicas!

Franklin Vieira Costa

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-5322-032-8
9 788553 220328

SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

GOVERNO DO ESTADO Pernambuco JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

UNIVASF UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL

ProRural